

PARA ALÉM DAS NARRATIVAS ORAIS: OS ARQUIVOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO TAMBÉM CONTAM AS HISTÓRIAS DAS TAREFEIRAS DE SÃO JOSÉ DO NORTE/RS

ALICE DA CONCEIÇÃO TEIXEIRA¹; LORENA ALMEIDA GILL²

¹*Universidade Federal de Pelotas – teixeiraalice97@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – lorenaalmeidagill@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

São José do Norte é um município situado ao extremo sul do Rio Grande do Sul, cercado por águas, já que a cidade é localizada em uma península e banhada a leste pelo Oceano Atlântico e, no sentido oeste e sul, pela Lagoa dos Patos. Dentro desse contexto, a pesca tradicional familiar é uma das principais matrizes econômicas da cidade. Em um momento econômico bastante próspero, entre 1970 e 1995, a cidade, que é vizinha do município de Rio Grande, compôs um polo industrial no setor de pescados, com destaque nacional e internacional.

A fartura de pescados, a localização geográfica e a mão de obra especializada e barata favoreceram o surgimento desse tipo de indústria na região. Como tradicionalmente a cidade já vivia da pesca familiar, que se constitui de um trabalho no qual os papéis de gênero colocavam o homem em uma posição de destaque, sendo ele o que trabalhava fora do lar e a mulher vista como uma colaboradora, por realizar as atividades de higienização e manipulação dos pescados, em geral, dentro de casa. De todo modo, não era uma novidade para as trabalhadoras a sua manutenção em um posto de trabalho inferiorizado e precário, o que se fez novo para essas mulheres trabalhadoras é o lugar de trabalho, que passou a ser a fábrica.

A princípio, este estudo tinha como objetivo conhecer as trabalhadoras das indústrias de pescado de São José do Norte, através da metodologia de história oral, visando compreender quem eram essas mulheres, como era o seu cotidiano de trabalho, o que as atravessava como demanda por uma vida melhor e como estão hoje essas mulheres. No entanto, no decorrer da pesquisa encontrou-se uma outra fonte, o Arquivo da Justiça do Trabalho de Porto Alegre/RS (TRT da 4^a região).

A partir de agora, a pesquisa seguirá através da História Oral Híbrida, explorando os mesmos questionamentos, mas trabalhando também agora com vestígios encontrados em processos trabalhistas. Através das fontes serão analisadas as experiências laborais, a dupla jornada de trabalho com relação à maternidade e o cuidado com a casa, as relações entre colegas, as violências enfrentadas no ambiente laboral, bem como as estratégias de resistência dessas trabalhadoras.

Para atingir esses objetivos, esse trabalho aborda alguns conceitos fundamentais, como o de cotidiano, aqui fundamentado através de Certeau, que afirma: “o cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente” (2021, p.31). As trabalhadoras das fábricas de pescados de São José do Norte, narram cenas do dia a dia e oito processos encontrados, até o momento, no acervo da Justiça de Trabalho, evidenciam, dentre outras questões, longas jornadas de trabalho, em escala de trabalho 6x1.

Essa convivência laboral constante permite às trabalhadoras mais do que experiências de trabalho em comum, pois elas conhecem as histórias familiares, vivenciando juntas as horas, as angústias e as violências que sofrem. Partilhando o mesmo cotidiano por anos, criam táticas de apoio e cuidado, como saírem juntas da fábrica, quando trabalham além do horário previsto. Em algumas narrativas as trabalhadoras avulsas ou tarefeiras chegam a contar sobre o cuidado com as crianças, pois umas olham os filhos das outras para que o trabalho fora de casa seja possível.

É preciso destacar a memória enquanto campo de disputa, já que quem fala escolhe o que vai lembrar. “O jogo da memória que vem fundar a identidade é necessariamente feito de lembranças e esquecimentos” (CANDAU, 2023, p.18). Ainda para o autor, “esquecer é uma necessidade” (CANDAU, 2023, p.127). Tal fato fica evidente em algumas entrevistas, quando algumas memórias do passado se distinguem muito das do presente da mulher trabalhadora. Quando perguntadas, durante a entrevista, sobre a possibilidade de relacionamento entre tarefeiras e outros trabalhadores das fábricas, como os capatazes¹, embarcados, encarregados, e/ou entre elas mesmas, as trabalhadoras costumam, ao final da entrevista, com a câmera desligada, narrar os relacionamentos e, inclusive, as brigas motivadas por questões afetivas. Hoje casadas e mães, não querem registrar algumas memórias da juventude.

O silenciamento e a invisibilização das mulheres, amplamente debatido por Michele Perrot (2005), é também fundamental para este trabalho. É a partir do silêncio dos arquivos que a metodologia de História Oral se fez tão importante. Para Meihy e Holanda, “A inscrição de pessoas comuns foi uma etapa significativa e que serviu de ponto de apoio para a outra tendência, a história de grupos que de alguma maneira ficaram à margem do processo de integração social” (2023, p.106/107).

A proposta deste trabalho é estudar mulheres comuns, trabalhadoras que no mais das vezes, atuavam por tarefas. Ainda que suas falas sejam fundamentais, pois são carregadas de subjetividades, o acervo da Justiça do Trabalho tem contribuído para pensar em suas trajetórias. Mais do que um complemento, os processos encontrados estão fornecendo informações até então desconhecidas, como o levantamento de bens materiais da fábrica Moura Indústria e Comércio da Pesca LTDA.; o vínculo sindical das trabalhadoras, ligadas ao Sindicato dos trabalhadores nas indústrias da alimentação do Rio Grande, Santa Vitória do Palmar e São José do Norte, bem como alguns direitos que as trabalhadoras possuíam ou que demandavam.

Esse trabalho representa uma parte da pesquisa que está sendo desenvolvida no decorrer do curso de doutorado da autora, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. Tanto a pesquisa dos processos, quanto as entrevistas permanecem em aberto.

2. METODOLOGIA

A “História oral é um recurso moderno usado para a elaboração de registros, documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. Ela é sempre uma história do tempo presente [...].” (MEIHY; HOLANDA, 2023, p. 17). A perspectiva neste trabalho é realizar o que se chama de história híbrida, ou seja, usar diferentes metodologias, como fazer entrevistas e uma análise documental (CELLARD, 2008).

¹ Supervisor das tarefeiras.

O encontro de alguns registros processuais, foi antes de tudo um achado. Isso porque São José do Norte está vinculado à vara de Justiça do Trabalho do município vizinho, Rio Grande. Se por um lado a cidade vizinha, Pelotas, tem os processos trabalhistas salvaguardados pelo Núcleo de Documentação Histórica Beatriz Loner, vinculado à Universidade Federal de Pelotas, por outro a Universidade Federal do Rio Grande deixou de salvaguardar os processos de Rio Grande e São José do Norte.

Com isso, os processos voltaram para Porto Alegre, e como nos recordam, Gill e Koschier:

Recentemente, [...] o Rio Grande do Sul vivenciou uma enchente histórica, a qual causou inúmeros prejuízos à maioria das cidades do estado. Uma parte dos documentos presentes no Memorial da Justiça do Trabalho, 4^a região, em Porto Alegre, estimada em um milhão de processos, por exemplo, foi danificada em consequência da inundação do prédio localizado na zona norte da cidade (2025, p.4/5).

Após entrar em contato com o Memorial da Justiça do Trabalho buscando informações sobre os processos e informando o recorte temporal, bem como o recorte regional (a cidade de São José do Norte e Rio Grande) houve o recebimento de uma listagem com 451 processos. Com uma seleção apenas da cidade de São José do Norte ficou-se com 8 processos.

Depois dessa filtragem, foram encontrados oito processos trabalhistas, sendo sete deles movidos por mulheres e um por um homem. Todos processos eram contra a mesma empresa, a Moura Indústria e Comércio da Pesca LTDA, cuja matriz ficava localizada em Itajaí/SC, e uma filial localizava-se em São José do Norte. Essa foi a foi a última empresa do ramo, que operou na cidade. Ao solicitar os processos, foi necessário aguardar uma espécie de recuperação dos documentos, que estavam dentre os atingidos pela enchente histórica do RS, ocorrida em maio de 2024.

Ainda que o estado dos processos fosse preocupante, a espera foi curta. Como o memorial conta com uma grande equipe de trabalho e equipamentos de ponta, a higienização e digitalização aconteceu de forma bastante rápida. Os documentos foram inseridos em um drive e compartilhados logo em seguida. Todo o processo de consulta e envio de material ocorreu de forma gratuita.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como abordado no texto deste mesmo evento, no ano passado, as narrativas das trabalhadoras possuíam um certo saudosismo. Apesar das violências e da exploração cotidiana do trabalho, as memórias evidenciavam, para além da saudade, tentativas de justificar ou minimizar o que era enfrentado por elas, como quando afirmavam que nas fábricas da cidade vizinha era pior. Evidentemente que histórias novas surgiam nas narrativas, experiências mais pessoais, como as de quem fumava (o que era proibido dentro da fábrica), ou de quem tinha problemas com cólicas menstruais (intensificadas pelo frio), envolvimentos em romances ou desavenças.

Mas quando se trata dos processos trabalhistas as demandas são realmente ainda mais similares. Sete dos processos foram movidos por trabalhadoras e o curioso é que nem todas elas registraram a sua profissão como tarefaira.

As demandas eram reincidentes: adicional de insalubridade, aviso prévio, horas extras, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), indenização, entre

outros. Os processos são todos posteriores ao ano de 1990 e as trabalhadoras que recorreram contra a fábrica na justiça possuíam carteira de trabalho, o que já as diferencia das entrevistadas até o momento. Tanto os advogados das trabalhadoras, quanto da defesa variavam bastante. As trabalhadoras sempre solicitavam a assistência jurídica, o que evidencia a sua vulnerabilidade econômica. A leitura dos processos também evidencia a estratégia da fábrica de mudar o seu nome social, para livrar-se das dívidas trabalhistas, mas os advogados defendem a manutenção dos endereços, embarcações e demais veículos todos a serviço da mesma atividade econômica, mas que permite o passar do tempo, sem o devido julgamento, o que dá a fábrica mais tempo sem o pagar as trabalhadoras.

Infelizmente, a maioria dos processos não possui um desfecho. Alguns acabam sendo arquivados, inclusive, pelo não comparecimento da trabalhadora requerente. Existem, também, casos em que houve acordos, já que a essência da Justiça do Trabalho é a conciliação. A partir de agora o foco das entrevistas será direcionado às trabalhadoras que recorreram à Justiça do Trabalho.

4. CONCLUSÕES

Nesse segundo ano de pesquisa, houve uma ampliação significativa das fontes trabalhadas. O acervo da Justiça do Trabalho trouxe outros elementos para a análise. É a primeira vez que foram encontradas trabalhadoras com carteira assinada prestando serviço para as fábricas de pescado de São José do Norte, além de se ter registros formais de carteiras de trabalho e de jornadas de trabalho.

Evidenciou-se, também, que as trabalhadoras tinham vínculo sindical, ainda que nas entrevistas quando perguntadas sobre isso elas informassem o contrário. O fato de que as trabalhadoras não possuíam horário para saírem das fábricas fica ainda mais evidente com os testemunhos processuais, ainda que se tivesse essa ilusão da autonomia da jornada de trabalho, por esse ser feito por tarefa.

A jornada de trabalho era intensa e, muitas vezes, as dobras salariais de domingo, bem como o valor referente à insalubridade não era pago. Os processos trabalhistas precisam ser ainda mais explorados, o que ampliará a análise sobre o cotidiano das trabalhadoras.

Acredita-se que a observação dessa fonte e a História Oral possibilitem as respostas às perguntas levantadas anteriormente, e confirmem que ainda que o ambiente fosse hostil, insalubre, violento e opressor, a liberdade econômica e rede de solidariedade entre mulheres, fez com que a vida das trabalhadoras fosse mais satisfatória, do que a realidade de muitas, atualmente.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CANDAU, J. **Memória e Identidade**. Editora Contexto. São Paulo. 2023.
- CELLARD, A. A análise documental. In: Poupart, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinar. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2021.
- GILL, L.A.; KOSCHIER, P. O Arquivo da Justiça do Trabalho de Pelotas, RS: Pesquisa histórica, acesso e democratização do conhecimento. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 1, p. 1-22, jan./abr. 2025.
- MEIHY, J.C.S.B.; HOLANDA, F. **História oral: como fazer, como pensar**. 2. ed., São Paulo, Contexto, 2023.
- PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: Edusc, 2005.